

25 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Do teto ao rés do chão

Enquanto o Poder Legislativo debate a criação de um teto para a expansão dos gastos públicos, a expressiva maioria dos membros do Judiciário encontra meios de desrespeitar o teto constitucional que já existe para seus salários.

Pela letra da lei, “a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos (...) não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal”. Isto é, R\$ 33.763.

Na prática, como mostrou levantamento do jornal “O Globo”, nada menos que 89% dos magistrados no âmbito federal e 76% na esfera dos tribunais estaduais receberam pagamentos acima do limite em seus últimos contracheques (a maioria referente a agosto).

Ao todo, dos 13.790 integrantes da Justiça comum, 10.765 juízes, desembargadores e ministros do Superior Tribunal de Justiça descumpriram o preceito constitucional.

Embora a regra incluía “vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza”, os tribunais agem como se indenizações e gratificações, entre outros benefícios, pudessem ser desconsiderados no cálculo. Com a manobra infelizmente disseminada, a média dos vencimentos chegou a R\$ 38,3 mil na Justiça Federal e R\$ 39,4 mil na estadual.

Verdade que esses magistrados não incorrem em ilegalidade. O subterfúgio fundamenta-se em decisões judiciais ou resoluções do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho da Justiça Federal.

O corporativismo pode até assegurar que não se violem disposições legais, mas nada faz em defesa dos princípios da moralidade administrativa e do respeito à coisa pública — estes são rebaixados ao rés do chão quando o Judiciário paga salários acima do teto.

A desfaçatez é tamanha que mesmo o STF autoriza o desrespeito à Constituição que deveria proteger. Em 2014, por exemplo, o ministro Luiz Fux, em decisão individual e provisória, concedeu aos juízes federais o direito de receber auxílio-moradia, independentemente do limite legal. Depois, estendeu a regalia a juízes estaduais, trabalhistas e militares.

Dois anos antes, o mesmo Fux travara uma ação que questiona o pagamento, pela Justiça do Rio, das mais diversas vantagens, como auxílio-alimentação e auxílio pré-escolar. Até hoje o ministro não liberou o processo para julgamento no Supremo.

Diga-se, em favor dos ministros do STF, que eles cumprem o teto. O que não se entende é por que admitem o jeitinho dos outros.

25 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Defesa pede soltura de Cunha e diz que Moro afronta STF

Em pedido ao TRF, advogados afirmam que juiz não poderia ter decretado prisão já negada antes por Teori

Segundo defensores, enquanto permaneceu solto, ex-deputado não reincidiu em crimes nem tentou fugir

WALTER NUNES

ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

A defesa do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) entrou nesta segunda-feira (24) com um pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) pela soltura do ex-deputado peemedebista.

Réu sob acusação de envolvimento no esquema de desvio na Petrobras, ele está preso desde quarta (19) por ordem do juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância.

Não há prazo para julgamento do recurso de Cunha.

Os advogados contestam a competência de Moro no caso. Dizem que um juiz de primeiro grau não teria poderes para decretar prisão que já foi negada anteriormente pelo Supremo Tribunal Federal.

“O juízo de primeiro grau, ao decretar a constrição cautelar do réu, busca se sobrepor ao entendimento firmado pela mais alta Corte do país, que entendeu pela inexistência de qualquer motivo para a decretação da prisão

do ora paciente”, afirmam os advogados Marlius Arns, Fernanda Tórtima e outros no documento.

“A decisão proferida pelo juízo de primeira instância afronta a autoridade de decisão do STF”, diz a defesa.

A defesa se refere a uma decisão do ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo, pelo arquivamento do pedido de prisão de Cunha feito pela procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em maio.

Ao pleitear a prisão de Cunha, a Procuradoria argumentou que ele estava se utilizando da condição de deputado para atrapalhar as investigações. Teori entendeu que, ao perder o mandato, o pedido não se justificaria mais.

SEM FATOS NOVOS

Os advogados de Cunha também dizem não haver elementos que comprovem que a liberdade do ex-deputado represente risco à ordem pública ou à instrução penal, argumentos usados por Moro para sustentar o mandado de prisão do peemedebista.

“Na verdade, os fundamentos utilizados para decretar a prisão preventiva do paciente, com a devida vênia, são exatamente os mesmos que, anteriormente, foram considerados insuficientes pelo STF para o deferimento

de idêntico pedido de prisão preventiva”, afirmam os defensores.

“Não há, ademais, notícias de que, enquanto permaneceu solto, houvesse o paciente se furtado ao processo penal, reincidido em condutas criminosas outras ou tentado empreender fuga”, diz a peça dos advogados.

Cunha está sozinho numa cela da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, na mesma ala em que está o petista Antonio Palocci, ministros dos governos Lula e Dilma Rousseff.

São três cubículos naquele corredor. Uma cela ocupado por traficantes separa a cela de Cunha da de Palocci.

A **Folha** apurou que Cunha reclamou do frio à noite. Na sexta (21), recebeu visita de Cláudia Cruz, sua mulher.

Cunha tem passado o tempo todo na cela estudando cada detalhe do processo que o levou para cadeia. Na visita dos advogados discute ponto a ponto da defesa e opina sobre qual estratégia tomar.

25 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Teori defende redução de foro privilegiado

Para ministro do STF, atual modelo não significa que haja impunidade para políticos

CAROLINA LINHARES
DE SÃO PAULO

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki defendeu que a prerrogativa de foro privilegiado seja reduzida a menos autoridades, mas disse que ela hoje não significa impunidade.

“A prerrogativa de foro como está hoje inclui muitas pessoas. Poderia reduzir, mas isso cabe ao legislador”, afirmou o ministro, durante palestra em São Paulo nesta segunda-feira (24).

O foro privilegiado assegura que ministros de Estado, deputados e senadores, por exemplo, sejam julgados diretamente pelo Supremo.

“A vantagem ou desvantagem de ser julgado diretamente pelo STF é relativa”, disse Zavascki, lembrando que, no julgamento do mensalão, “ninguém mais queria ser julgado pelo Supremo, todo mundo queria ir para a primeira instância”.

“Não sou partidário da forma como se estabelece a prerrogativa de foro hoje, mas não acho que a prerrogativa tenha tantos benefícios ou malefícios como se diz”, afirmou.

Zavascki participou de um colóquio sobre o STF realizado pela Associação dos Advogados de São Paulo.

O presidente da associação, Leonardo Sica, criticou o que classifica como ataques ao direito de defesa, como o pacote de dez medidas defendido pelo Ministério Público Federal para combater a corrupção e o cerco aos advogados do ex-deputado Eduardo

Cunha (PMDB-RJ), preso na semana passada, em frente à sede da PF em Curitiba.

Mencionando a crise de legalidade apontada por Sica, Zavascki criticou o chamado “jeitinho brasileiro”.

“Se a gente tivesse uma consciência da legalidade e de não dar um jeitinho na vida, as coisas ficariam fáceis”, disse o ministro.

“Às vezes, as pessoas que obedecem a lei são tachadas pejorativamente. Tem pessoas que têm vergonha de aplicar a lei”, completou Zavascki, dizendo que tal atitude é “lamentável”.

“O padrão civilizatório de um povo se mede pela capacidade de observar a norma naturalmente. Acho que não é muito simpática, apesar de parecer, essa ideia de que, no Brasil, nós sempre damos um jeitinho”, disse o ministro. “Isso facilita a desobediência e desautoriza o sistema.”

Para ele, ao contrariar o jeitinho, “dá a impressão de que a gente [ministros do Supremo] não tem piedade”.

‘DESISTI’

Zavascki afirmou também que desistiu de tentar resolver o problema do acúmulo de processos no Supremo.

“Temos uma cultura de recorrer [das decisões ao longo de um processo] que não sei como resolver”, afirmou. “Desisti de pensar em solução para desafogar [o tribunal].”

O ministro disse ainda que a competência do STF deveria ser reduzida e que seriam necessários 200 ministros para dar conta da demanda.

25 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Médica do PR acusada de matar pacientes pode ir a júri popular

Promotoria aponta outras 5 pessoas como responsáveis por 7 mortes em UTI em Curitiba

DIEGO ANTONELLI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM CURITIBA

O Ministério Público Estadual do Paraná pediu que vá a júri popular a ex-chefe da UTI (unidade de terapia intensiva) do Hospital Evangélico de Curitiba, Virgínia Helena Soares de Souza, e mais 5 dos 8 acusados de provocar a morte de sete pacientes entre 2011 e 2013. Eles são acusados de homicídio doloso duplamente qualificado e formação de quadrilha.

Além de Virgínia, foram denunciados os médicos Edison Anselmo da Silva Júnior, Maria Israela Cortez Boccato e Anderson de Freitas e as enfermeiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro. Os episódios suspeitos vieram à tona em 2013.

Segundo a Promotoria, a ex-chefe da UTI ordenava a aplicação de bloqueadores neuromusculares, sedativos e analgésicos nos pacientes e às vezes diminuía o oxigênio nos respiradores das vítimas, para liberar leitos.

A médica Virgínia de Souza, em entrevistas anteriores,

sempre negou as acusações. Ela ficou presa preventivamente por quase um mês em 2013 —solta, pode trabalhar, mas uma medida cautelar a impede de atuar em UTIs.

Os acusados irão a júri popular caso o pedido seja aceito pela 2ª Vara do Júri da capital paranaense.

“Temos total convicção jurídica de que esses crimes aconteceram”, diz a promotora Fernanda Nagl Garcez. “Nenhum desses pacientes morreu pela evolução da doença”.

O advogado da ex-chefe da UTI, Elias Mattar Assad, afirma que não há provas concretas da ocorrência de qualquer crime. Segundo ele, a expectativa é de que os réus sejam inocentados. A defesa tem 20 dias para se manifestar. Após essa etapa, o juiz irá definir se o caso irá para júri popular.

Os advogados de Anderson de Freitas, Edison da Silva Júnior, Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro e Maria Israela Boccato afirmaram que vão se manifestar apenas nas alegações finais do processo. O advogado de Laís da Rosa Groff não foi localizado.

25 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEI

De cúpula Renan Calheiros vai pedir formalmente a Michel Temer uma “reunião de emergência” com os chefes dos três Poderes. Quer discutir não só a ação da PF que culminou com a prisão de policiais legislativos como outros casos em que vê abuso.

O anfitrião O presidente do Senado quer que Temer articule o encontro institucional com a presidente do STF, ministra Carmen Lúcia, e com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ainda durante esta semana.

Olho no lance Emissários de Renan exibiam nesta segunda um relatório produzido em dezembro pelo Ministério Público Federal, que fiscaliza a polícia do Congresso.

007 No parecer, o MPF relatou ter tido acesso às dependências da Polícia Legislativa destinadas à “inteligência e contrainteligência”, mas não apontou irregularidades. A informação era a de que não havia equipamentos de interceptação telefônica no local.



Erguei as mãos Embora Eduardo Cunha tenha se afastado da Sara Nossa Terra há um tempo, o bispo Robson Rodovalho quer enviar pastores da igreja à carceragem da PF em Curitiba para orar com os presos da Lava Jato. “Acho que eles estão precisando.”

25 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Jornalista é processado após expor supersalário de servidor público

FERNANDA ATHAS

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM
CAMPO GRANDE

O editor do site "Folha MS", Érik Silva, está sendo processado após publicar uma reportagem na qual divulga o salário de um funcionário da Câmara de Corumbá (MS).

O contador Julio Bravo teria recebido, em março, R\$ 45.769, superando o teto do funcionalismo, de R\$ 39.293.

Após a reportagem, o Ministério Público do MS abriu inquérito para averiguar irregularidades no pagamento de servidores da Casa.

O jornalista também compartilhou na internet o seguinte comentário: "52 SALÁRIOS [mínimos] em um único mês, um aposentado que é obrigado a sobreviver com apenas um por mês levaria 4 anos e três meses para receber essa grana toda. Vamos lá, gente, paguem seus impostos porque a máquina não pode parar!!!"

No processo, a defesa de Bravo diz que o jornalista cometeu os crimes de injúria, calúnia e difamação.

O jornalista alega que a reportagem se baseou em informações públicas fornecidas pelo site oficial do governo.

O advogado de Bravo afirmou que não irá se manifestar até que a apuração do processo seja feita pela Justiça.

O presidente da Câmara, Tadeu Vieira (PDT), afirma que os salários dos servidores "correspondem às qualificações e trabalhos desempenhados, além de estarem de acordo com o duodécimo repassado pela prefeitura".

25 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Congresso deve definir seu 'lado', diz Moro

Juiz da Lava Jato cobra posição dos parlamentares sobre as 10 medidas contra corrupção; ele admitiu a retirada da validação de provas ilícitas

Fabio Serapião

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

O juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato, em Curitiba, voltou a defender ontem o pacote de medidas anticorrupção que está em discussão no Congresso e cobrou de parlamentares que se posicionem sobre o tema.

“Em outras palavras e sem querer ser maniqueísta, ou coisa que o valha, é o Congresso demonstrar de que lado ele se encontra nessa equação”, afirmou o juiz sobre a necessidade de aprovação das medidas.

Moro participou de encontro regional da comissão especial da Câmara que debate medidas de combate à corrupção realizado na Assembleia Legislativa do Paraná. Além dele, também esteve presente o coordenador da Operação Lava Jato, o procurador da República Deltan Dallagnol.

Alçado a símbolo do combate à corrupção no País, Moro parabenizou a iniciativa o Ministério Público Federal de formular as dez medidas contra a corrupção e pontuou a necessidade de o Congresso aprovar leis.

Segundo ele, atualmente, medidas de combate a crimes deste tipo têm saído mais do Judiciário do que do Legislativo. Moro citou o caso da proibição de doações empresariais a candidatos e a permissão para que o início da execução de pena após decisão em segunda instância. Ambas medidas partiram do Supremo Tribunal Federal.

O juiz cobrou das demais instituições uma reação “mais incisiva”, apontando o Congresso como o ambiente próprio para discussões e reformas. Para ele, a aprovação das dez medidas será uma sinalização importante dos parlamentares.

“As pessoas precisam ter fé nas instituições democráticas e, diante de um contexto dessa espécie, o que é natural esperar é uma atuação legislativa no sentido de aprovar medidas que nos auxiliem a superar esse quadro de corrupção sistêmica”, disse.

Provas ilícitas. Apesar da cobrança aos parlamentares, Moro se disse otimista quanto à aprovação das propostas. Ele reconheceu, contudo, que a proposta sobre validação de provas ilícitas – que tem causado intenso debate entre juristas – possa sair do projeto.

A declaração diverge de uma declaração sua de agosto, quando defendeu que provas ilícitas obtidas com “boa fé” deveriam ser válidas. Na época, o juiz também afirmou que servidores públicos que obtenham as provas de forma ilegal devem ser “preservados”.

Por outro lado, o juiz foi incisivo na defesa de outras propostas, como a criminalização do caixa dois e a reforma no sistema de prescrição e nulidade. Para ele, essas propostas são a cerne do projeto e precisam ser aprovadas.

Para encerrar sua palestra, que durou cerca de 30 minutos, o juiz analisou a operação Mãos Limpas, na Itália – comparadas por muitos à Lava Jato

no Brasil. Segundo Moro, após um início de avanços contra a corrupção teve seu futuro comprometido pela reação da classe política, que teriam “atuado contra” a Justiça.

O juiz disse ainda que a exposição e a punição da corrupção pública são uma honra para uma nação e não uma desgraça. “A vergonha reside na tolerância, não na correção. Nenhuma cidade ou Estado, muito menos a nação, pode ser ofendida pela aplicação da lei.”

● Projeto

“Em outras palavras e sem querer ser maniqueísta, é o Congresso demonstrar de que lado ele se encontra nessa equação.”

Sérgio Moro

JUIZ FEDERAL

25 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Renan acusa PF de 'fascismo' e vai ao STF contra ação

Presidente do Senado ataca decisão de juiz que permitiu operação contra policiais legislativos e defende independência dos Poderes

Ricardo Brito
Isabela Bonfim / BRASÍLIA

No maior ataque à Polícia Federal desde que se tornou investigado na Operação Lava Jato, em março de 2015, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), acusou ontem a instituição de ter se valido de "métodos fascistas" nunca adotados sequer na "ditadura" na ação que levou a prisão, na sexta-feira, de quatro policiais legislativos da Casa sob suspeita de usarem equipamentos para evitar grampos.

O peemedebista anunciou que a Advocacia do Senado vai entrar hoje no Supremo Tribunal Federal (STF) com ações para contestar o fato de um juiz de primeira instância ter determinado uma operação nas dependências da Casa e defender as prerrogativas de atuação da Polícia Legislativa. Renan também voltou a criticar o ministro da Justiça, Alexandre Moraes, chamando-o de "chefete de polícia" e ainda classificou o juiz Vallisney de Souza Oliveira, responsável pela operação contra o Senado, de "juizeco".

"Tenho ódio e nojo a métodos fascistas. Como presidente do Senado, cabe a mim repeli-los", disse Renan, numa rara entrevista coletiva convocada por sua assessoria de imprensa no

gabinete da Presidência do Senado, que foi acompanhada por policiais legislativos, servidores e raros senadores que estavam na Casa ontem.

A ofensiva do presidente do Senado ocorreu após ele passar o fim de semana consultando aliados e senadores que o aconselharam a defender o Poder Legislativo. Por isso, as críticas sobre a ação contra a Polícia do Senado e a ação no STF para tentar delimitar, de uma vez por todas, o que é atribuição dos policiais da Casa. Renan também conversou com o presidente Michel Temer por telefone e pessoalmente desde a ação da PF. Disse, contudo, que não sugeriu a demissão de Moraes a Temer. O presidente também recebeu Renan ontem à noite e está preocupado com as repercussões que o caso possa ter para a agenda de votações do governo no Senado. O peemedebista informou a Temer a ofensiva ao STF para contestar a operação.

Na coletiva, porém, ele subiu o tom nas críticas a Moraes: "É

lamentável que isso aconteça, um espetáculo inusitado, que nem a ditadura fez, com a participação do ministro do governo, que não tem se portado como um ministro de Estado, no máximo como um ministro circunstancial de governo, chefe de polícia".

O Ministério da Justiça informou que não se pronunciaria. O juiz Vallisney de Souza Oliveira não quis comentar as afirmações de Renan. A interlocutores, disse que o ataque não o afeta. "Sou juiz de primeiro grau com muito orgulho", afirmou. O magistrado explicou ser o juiz natural para a causa já que não há investigados com foro privilegiado.

CONTINUA

• ódio

"Tenho ódio e nojo a métodos fascistas. Como presidente do Senado, cabe a mim repeli-los."

Renan Calheiros (PMDB-AL)

PRESIDENTE DO SENADO

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2016

Varreduras. Renan defendeu a realização das varreduras como prática rotineira da instituição, ressaltando que o Senado já emprestou equipamentos para a PF. Ele confirmou o levantamento do **Estado** na edição de domingo, que mostrou que, entre 2013 e 2016, dezenas de senadores solicitaram varreduras em suas residências, alguns mais de uma vez, totalizando 32 pedidos. Ainda de acordo com o presidente do Senado, esses serviços são realizados desde 2003.

Durante a coletiva, Renan enumerou senadores, a Câmara e servidores que solicitaram inspeções da Polícia Legislativa. A assessoria, posteriormente, divulgou documentos em que mostra que, apesar de ele negar relação das varreduras com ações da Lava Jato, os senadores que mais solicitaram são alvos da operação, como Ciro Nogueira (PP-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Fernando Collor (PTC-AL).

Mesmo exaltado, o presidente do Senado afirmou que o projeto de lei de abuso de autoridade – alvo de críticas – não será votado como consequência da ação da PF. Ele defendeu o debate da proposta, citou ministros do STF defensores do projeto, mas não garantiu que ela será apreciada este ano por dizer que não é um “desses arreganhos”.

Renan disse que a Lava Jato é “sagrada”, mas isso não o impede de comentar eventuais excessos dela. O presidente do Senado destacou que o fato de estar sendo investigado não significa que ele não deva cumprir seu papel institucional.

25 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Gilmar Mendes avalia que autorização caberia ao Supremo

Ao comentar a Operação Mértis, ministro do STF diz que 'não se deve banalizar a presença da polícia no Congresso'

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse ontem que "não se pode banalizar a presença da polícia no Congresso". "Não é um bom sinal, não deve ser estimulado."

Para Gilmar, "tudo indica" que juiz de primeiro grau não poderia ter autorizado a prisão de policiais legislativos. "Essa é a dúvida. Me parece que tudo indica que não pode. Se se trata de fazer investigação em relação ao Senado Federal ou aos seus integrantes essa é matéria do Supremo Tribunal Federal."

Na sexta-feira, a Polícia Federal fez buscas nas dependências da Diretoria de Polícia do Senado no âmbito da Operação Mértis. A PF recolheu 12 malotes com documentos e prendeu quatro policiais legislativos sob suspeita de agirem contra a Operação Lava Jato em benefício dos senadores Fernando Collor (PTC-AL) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) e dos ex-senadores José Sarney (PMDB-AP) e Lobão Filho (PMDB-MA).

Explicações. "Acredito que ainda estão faltando explicações", afirmou Gilmar. "Se era questão relacionada com o Senado e com investigações de senadores, o tema deveria ter sido avaliado pelo Supremo Tribunal Federal. Essa é a minha visão inicial. Eu tenho a impressão que, de qualquer forma, há ainda carência de explicações."

O ministro revelou "preocupação" com a ação policial no âmbito da Operação Mértis que se estendeu para instalações no

• Matéria

"Se se trata de fazer investigação em relação ao Senado Federal ou aos seus integrantes essa é matéria do Supremo Tribunal Federal."

"Me preocupa a presença da polícia em Casas do Congresso."

Gilmar Mendes

MINISTRO DO STF

Congresso. "Estou bastante preocupado com essa banalização, essa ideia de que, pelo debilitamento, pelo enfraquecimento eventual, esse momento político das Casas Legislativas que se banalize a presença da polícia no Congresso Nacional. Não é um bom sinal, não deve ser estimulado."

'Cuidado'. Gilmar recomendou "maior cuidado". "Me preocupa a presença da polícia em Casas do Congresso", afirmou. "O Supremo tem muito cuidado em relação a isso. Eu mesmo, quando tive pedido da Procuradoria em tomar medidas constritivas em relação ao Senado, fui bastante reticente e praticamente indeferi o pedido de presença da polícia no Congresso Nacional."

Ele foi enfático. "Acho que essa deve ser a mensagem. Não se deve banalizar, deve-se tanto quanto possível evitar a presença da polícia no ambiente do Congresso Nacional."

Para o ministro, policiais legislativos fazendo varreduras é uma questão que "terá que ser devidamente examinada". "Em geral, órgãos que cuidam da segurança interna de setores autônomos fazem esse tipo de varredura. Não sei como estará caracterizado o que estão chamando de obstrução de Justiça. Não sei se havia grampos externos, escuta ambiental. Isso precisa ser examinado, mas em princípio essas medidas poderiam ser tomadas por quem faz a segurança interna do órgão, Senado, Câmara. Isso também acontece nos tribunais." / **JULIA AFFONSO,**

MATEUS COUTINHO e FAUSTO MACEDO

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO



“[A aprovação das medidas contra a corrupção] será uma sinalização importante do Congresso. As pessoas precisam ter fé em suas instituições democráticas.”

Sergio Moro, juiz, ao cobrar a aprovação das Dez Medidas contra a Corrupção.

“[A aprovação das medidas] é uma sinalização importante do Congresso. As pessoas precisam ter fé em suas instituições democráticas.”

Sergio Moro, juiz da Lava Jato.

Congresso precisa mostrar de que lado está no combate à corrupção, afirma Moro

Juiz da Lava Jato
defendeu a aprovação
do projeto das Dez
Medidas Contra a
Corrupção durante
audiência pública
na Assembleia
Legislativa do Paraná

CONTINUA

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Kelli Kadanus

● O juiz federal Sergio Moro disse que a aprovação das Dez Medidas Contra a Corrupção pelo Congresso Nacional será uma sinalização importante dos parlamentares contra a corrupção sistêmica brasileira. “As medidas são relevantes e, se aprovadas, geram um ganho. Mas o mais importante é que, se aprovadas, são uma sinalização importante do Congresso Federal. As pessoas precisam ter fé em suas instituições democráticas”, disse Moro.

O juiz participou de uma audiência pública na Assembleia Legislativa, em Curitiba, para discussão das Dez Medidas Contra a Corrupção. Moro cobrou um posicionamento claro dos parlamentares em relação ao projeto. Segundo o juiz, o Congresso precisa “mostrar de que lado está” no combate à corrupção no país.

O juiz endossou as medidas propostas pelo Ministério Público Federal (MPF) e criticou principalmente a grande quantidade de recursos processuais e a lei que trata atualmente do caixa dois.

Também participaram do evento os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) Roberson Pozzobon e Deltan Dallagnol. Os dois defenderam o projeto contra corrupção e criticaram o sistema político brasileiro. “A Lava Jato será em vão se não forem feitas reformas sistêmicas para evitar que casos de corrupção se repitam”, disse Dallagnol. O procurador destacou como causas da corrupção no país a impunidade e falhas no sistema político.

Dallagnol também destacou operações anteriores à Lava Jato que acabaram anuladas ou prescritas, como a Operação Castelo de Areia e Operação Gafanhotos, que envolveu deputados estaduais do Paraná. Segundo o procurador, dos 684 acusados no caso Banestado, por exemplo, apenas 12 foram presos. Segundo Dallagnol, “as penas para corrupção nesse país viram pó”.

Prejuízos

Já Pozzobon defendeu que as Dez Medidas visam uma sociedade mais justa, republicana e igualitária. “A corrupção hoje é uma sujeira incrustada em boa parte dos contratos públicos no Brasil”, disse. Segundo ele, o Brasil perde todos os anos entre R\$ 100 bilhões e R\$ 200 bilhões por causa da corrupção.

O procurador retrucou ainda as críticas sofridas pelo projeto das Dez Medidas. “Aceitamos críticas, desde que sejam com contrapropostas. Críticas com soluções”, disse Pozzobon.

PARECER

A audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná foi organizada pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados encarregada de analisar as Dez Medidas Contra a Corrupção, propostas pelo MPF como projeto de lei de iniciativa popular. O evento foi organizado pelo deputado federal Diego Garcia (PHS-PR). A comissão é presidida pelo deputado federal Joaquim Passarinho (PSD-PA) e foi criada em junho deste ano. O relator do projeto, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), promete apresentar seu parecer no início de novembro.

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Morte de aluno enfraquece ocupações

Protesto de estudantes contra a reforma do ensino médio sofre duro golpe após assassinato. “Foi uma tragédia presumida”, disse o secretário de Segurança do Paraná

● O movimento de estudantes secundaristas que protesta no Paraná contra a reforma federal do ensino médio sofreu um duro golpe ontem, com o assassinato de um estudante dentro de uma escola ocupada, em Curitiba. Um adolescente de 16 anos foi esfaqueado no banheiro do Colégio Estadual Santa Felicidade, após desentendimento com outro jovem, que também é aluno da escola, segundo a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (Sesp). O autor do crime foi apreendido pela polícia.

O caso imediatamente ganhou repercussão nas mídias sociais, com pais acusando os organizadores das ocupações de responsabilidade na tragédia. Segundo o Ocupa Paraná, cerca de 850 escolas do estado estão tomadas por estudantes desde o dia 3 de outubro. Já a Secretaria de Estado da Educação garante que esse número caiu para 792 no fim de semana, com o cumprimento de reintegrações de posse determinadas pela Justiça.

Ontem à noite, após o homicídio, o Colégio Santa Felicidade foi desocupado por 12 alunos que permaneciam no local. “Ainda assim, havia quem queria continuar na escola, mas nessas condições não era possível”, afirmou o diretor da escola, Luiz Carlos Bueno.

O secretário de Segurança, Wagner Mesquita, disse que a morte do estudante foi uma “tragédia presumida” e fez um apelo para que os jovens que estão ocupando os colégios estaduais se sensibilizem e deixem os locais. “Eu espero que esse caso sirva de exemplo e esse movimento recue. Espero que os pais se responsabilizem pelos seus filhos.”

O Ocupa Paraná informou que, apesar de serem estudantes do colégio, nem a vítima e nem o suspeito participavam ativamente da ocupação da instituição. O movimento divulgou nota de pesar pela morte do jovem e afirmou que não vai culpabilizar ninguém pelo

ocorrido. “Neste momento queremos apenas prestar solidariedade à família, família que perde um dos seus para o ódio, para a intolerância e para a violência.”

Impacto sobre o movimento

O movimento afirmou que o futuro das ocupações será decidido em assembleia com todos os alunos, que acontecerá em Curitiba amanhã. Antes disso, porém, a pressão das famílias, assustadas, pode ser até mais decisiva.

A avaliação de pessoas próximas ao governo Beto Richa é de que o assassinato do estudante deve tornar inviável a continuidade das ocupações. “A essa hora deve ter uma enxurrada de pais indo pegar os filhos nas escolas”, disse um deputado. “É nisso que eu acredito: nos pais”, afirmou outro.

Colaboraram: Denise Drechsel, Laura Beal Bordin, Rogerio Waldrigues Galindo e Antoniele Luciano, especial para a Gazeta do Povo.

Peritos, conselheiros tutelares e policiais foram até a escola após a descoberta do corpo do jovem no banheiro: espaço foi desocupado após crime chocante.

CONTINUA

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DESSENTIMENTO

Drogas teriam motivado o crime, segundo a Sesp

● A morte do estudante no Colégio Estadual Santa Felicidade teria ocorrido por causa de entorpecentes, segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp). Vítima e suspeito teriam se deslocado do grupo principal para usar drogas dentro de um alojamento quando o crime ocorreu.

A vítima, de 16 anos, teria agredido o suspeito, que carregava uma faca de cozinha e desferiu golpes contra o jovem. Ainda acordo com a Sesp, o suspeito fugiu do local e foi apreendido em casa, horas depois. Ouvido por policiais, teria confessado o crime e encaminhado para a Delegacia do Adolescente, de acordo com o secretário de Segurança, Wagner Mesquita.

O secretário afirmou que o colégio já teria sido alvo de um pedido de reintegração de posse formulado pela Procuradoria-Geral do Estado. De acordo com Mesquita, a Sesp pediu ao Conselho Tutelar que acompanhasse as ocupações. "Esse pedido foi feito prevendo que estes adolescentes estavam em risco. O Conselho Tutelar não constatou nada."

RICHALAMENTA

O governador Beto Richa se manifestou por meio do Facebook sobre a morte do estudante, lamentando o ocorrido. "É uma tragédia chocante, que merece uma profunda reflexão de toda a sociedade", afirmou, prestando condolências à família do jovem. O governador voltou a criticar o movimento. "A ocupação de escolas no Paraná ultrapassou os limites do bom senso e não encontra amparo na razão. Peço, mais uma vez, que os estudantes encerrem esse movimento", disse na postagem.

Mesquita disse que o canal de comunicação montado pela Sesp recebeu, em seis dias, 60 notificações de crimes como violência, ameaça e uso de drogas, que estariam sendo investigados pela Polícia Civil. O secretário afirmou que o governo nunca cogitou fazer a desocupação forçada das escolas, mas que a atuação a partir de agora será observada caso a caso.

Ele ainda pediu que os movimentos contrários às ocupações não tentem retomar as escolas, afirmando que toda e qualquer atitude deve ser tomada judicialmente. "Não podemos fazer um exercício arbitrário utilizando como base as próprias razões", destacou.

DESGASTE

Além da morte do estudante, outros dois episódios em Curitiba ampliaram o desgaste do movimento que ocupa escolas. No Sítio Cercado, pais de alunos do Colégio Estadual Professor Guido Arzua "invadiram" o local para tentar desocupar a instituição. Um portão chegou a ser derrubado e a Polícia Militar teve de ser chamada. No São Braz, a direção do Colégio Estadual Professor Olavo Del Claro, que foi desocupado no fim de semana, afirmou ter se deparado com restos de bebida e de **narguilé (shag)** na escola, além de arrombamentos, depredação, sujeira e desperdício de merenda.

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Greve, ocupações e morte: a crise é de confiança

Éa população paranaense que paga o preço da desconfiança que o governo estadual cavou para si mesmo. Desde que fantasiou cenários para conquistar a reeleição de 2014 para, logo após, lançar a mão grande sobre fundos da previdência, adiar os reajustes salariais e usar força militar para conter manifestantes em 29 de abril do ano passado — ficou realmente difícil estabelecer diálogo capaz de construir um consenso que não prejudique a maioria dos cidadãos, com os quais, também ambos os lados, devem estar comprometidos.

O resultado desta falta de confiança é a continuidade da greve do magistério, conforme decisão por apertada maioria na assembleia da categoria do último sábado (22). Nem mesmo os sinais de recuos pontuais a que governo estaria propenso a fazer foram suficientes para acabar com a paralisação.

Chame-se à responsabilidade o próprio magistério que, radicalizado, deixa milhares de alunos sem aulas no fim do ano letivo; que contribui para queda ainda maior na qualidade do ensino; que prejudica famílias impedidas de planejar até mesmo prosaicos períodos de férias. Mas, por outro lado, compreenda-se a posição dos professores, escolados pelos inúmeros motivos que os levam a desconfiar do que emana do Palácio Iguaçú.

Compreenda-se, igualmente, que a situação financeira do estado, embora melhor que a de outras unidades,

também sofre com a crise recessiva do país. E que isto o leva a rever promessas para não comprometer ainda mais o equilíbrio fiscal. A desconfiança, porém, não se rende nem mesmo a tais evidências.

Estamos diante, pois, de uma crise de credibilidade. Não há diálogo produtivo e civilizado que possa prosperar neste cenário de descrença e de desrespeito de ambos os lados — e cujas vítimas maiores são o interesse público, a Educação e os alunos e suas famílias.

A este quadro soma-se a tragédia do aluno morto ontem a facadas por um colega no banheiro de uma escola sob ocupação, em Curitiba. Neste ponto, pode-se concluir que a crise de confiança e autoridade para dar fim ao descabido movimento de ocupações atinge não só o Palácio Iguaçú, mas também os pais, a APP (que o incentiva), Ministério Público, Judiciário, Defensoria, conselhos tutelares... todos incapazes de restaurar a ordem e defender o bem comum.

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Renan diz que PF usa 'métodos fascistas' e ataca ministro e juiz

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), acusou a Polícia Federal (PF) de ter se valido de "métodos fascistas" nunca adotados nem sequer na "ditadura" na operação que levou à prisão, na última sexta-feira, quatro policiais legislativos da Casa.

O peemedebista anunciou que a Advocacia do Senado vai entrar no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma

ação para defender as prerrogativas de atuação da Polícia Legislativa, chamou o ministro da Justiça, Alexandre Moraes, de "chefete de polícia" e ainda classificou o juiz Valisney de Souza Oliveira, responsável pela Operação Mé-tis, de "juizeco" por decretar uma ordem contra o Senado.

"Tenho ódio e nojo a métodos fascistas. Como presidente do Senado, cabe a mim repeli-los", disse Renan, numa rara entrevista coletiva em seu gabinete.

O presidente do Senado confirmou que a Polícia do Senado realizou varredura no gabinete e residência oficial da Câmara dos Deputados durante o mandato de Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

"Não vejo nenhuma irregularidade. Como eu iria recusar uma varredura na residência oficial de um dos presidentes das Casas do Congresso? É uma coisa absolutamente rotineira. E olha que eu nunca tive as melhores relações com Cunha."

● HABEAS CORPUS

Defesa recorre e não descarta delação de Eduardo Cunha

SÃO PAULO

Estadão Conteúdo

● Cinco dias depois de ser preso, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por meio de seus advogados, entrou com pedido de liminar em habeas corpus ontem, no Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4). Seis advogados de Cunha alegam que "não há nenhum risco efetivo ou iminente" de que o peemedebista atrapalhe a Operação Lava Jato.

Em entrevista à *Rádio Estadão*, o advogado Marlus Arns,

que defende o peemedebista, afirmou não descartar a possibilidade de uso da delação premiada no processo do ex-deputado. Arns disse que a colaboração é um instrumento grave, não um salvo conduto, e que deve sempre ser analisada em qualquer processo.

Apesar da declaração, ele evitou falar sobre o uso desse instrumento no caso específico de Cunha, sob alegação de que não tinha ainda discutido o assunto com seu cliente. "(A delação) é sempre um instrumento que deve ser avaliado, mas ainda não foi discutido, mas é evidentemente uma opção, que tem de ser avaliada de forma cuidadosa", afirmou Arns.

Cunha é réu em ação penal na 13.^a Vara Federal, em Curitiba, por manter contas secretas na Suíça.

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Lava Jato ameaça congestionar STF

Situação já era complicada com o “listão” da Odebrecht. E agora pode ficar ainda pior com possível delação de Eduardo Cunha

*Fernando Martins,
com agências*

● A possibilidade de a Lava Jato vir a investigar a rede de influência do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) no Congresso e no governo federal ameaça “congestionar” ainda mais o Supremo Tribunal Federal (STF). Especula-se que Cunha, caso feche um acordo de delação premiada, teria munição para comprometer até 160 deputados federais, além de outras autoridades que têm foro privilegiado.

Além disso, em outra linha de investigação, a força-tarefa apura o chamado “listão” da Odebrecht — uma relação de cerca de 300 políticos que teriam recebido doações eleitorais suspeitas da empreiteira. Grande parte deles só pode ser julgada pelo STF.

Tanto no Supremo quanto na própria Lava Jato há a preocupação com a capacidade de o tribunal dar andamento adequado à enxurrada de investigações que podem ficar sob sua responsabilidade. O receio é de que os julgamentos demorem muito e haja a sensação de impunidade.

Lentidão

Dois anos e um mês após o início das investigações da Lava Jato em Brasília, nenhuma autoridade com foro privilegiado foi julgada (absolvida ou condenada). Já na 13.ª Vara Federal de Curitiba, o juiz Sergio Moro decretou 106 condenações em dois anos e sete meses da operação conduzida a partir do Paraná.

A lentidão do STF no caso Lava Jato vem sendo motivo de intenso debate e até mesmo de atritos entre ministros do Supremo e a Procuradoria-Geral da República (PGR). No mês passado, o procurador-geral Rodrigo Janot e o ministro do STF Gilmar Mendes trocaram farpas sobre a lentidão da operação em Brasília.

Janot disse que o STF tinha um “ritmo mais lento” porque o papel de origem do Supremo é julgar recursos e não formatar processos. Mendes retrucou: “Eu acho que há morosidade nas investigações na Procuradoria-Geral da República. Curitiba é muito mais célere que a Procuradoria-Geral da República. Isso é evidente”.

Foro privilegiado

O atrito entre Janot e Mendes acabou chamando mais atenção do que outra declaração do procurador: de que o foro privilegiado é a causa da lentidão dos julgamentos de autoridades pelo Supremo. O fim do foro, aliás, é visto dentro do STF como alternativa para desafogar a corte.

“O STF não está equipado nem é o foro adequado para fazer esse tipo de juízo de primeiro grau”, disse o ministro do STF Luís Roberto Barroso, em maio.

Como a extinção do foro é de responsabilidade do Congresso, autoridades envolvidas com as investigações da Lava Jato em Brasília já estudam alternativas para acelerar os julgamentos. Dentre as medidas em avaliação estaria a convocação de um batalhão de juízes para auxiliar os ministros do Supremo.

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

EXCESSO DE AÇÕES

Fim do foro privilegiado não aliviará demanda, garante especialista

● Professor do mestrado em Direito da Unibrasil, Paulo Schier avalia que o fim do foro privilegiado não iria trazer um impacto tão significativo para o STF. Segundo ele, a quantidade de ações envolvendo autoridades, na comparação com outros processos que chegam ao Supremo, é muito pequena. Schier entende que o problema da lentidão do STF é causado pelo fato de a corte ser um tribunal que recebe recursos de outras instâncias e não apenas uma corte para decidir sobre a constitucionalidade de determinadas questões, como ocorre em outros países. O professor da Unibrasil ainda acredita que seria muito difícil o Congresso mexer na Constituição para acabar com o foro privilegiado. O professor de ética e filosofia política Roberto Romano, da Unicamp, lembra que o foro privilegiado foi incluído na Constituição de 1988 como um mecanismo de autopreservação de políticos que haviam dado sustentação à ditadura militar. Romano afirma que, do modo como o foro é usado no país, ele acaba sendo mais um combustível para a corrupção.

25 OUT 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

"Sede" da Lava Jato entra na adolescência

O número 888 da Avenida Anita Garibaldi, no bairro do Ahú, se transformou num dos endereços mais vistos e comentados no país nos últimos anos. É lá, na sede da Justiça Federal de Primeiro Grau do Paraná, que o juiz Sergio Moro vem conduzindo os processos da Operação Lava Jato. E em meio às revelações da maior operação de investigação de corrupção que o país já assistiu ocorre um momento de celebração para uma família curitibana. Nesta terça-feira, comemoram-se os 14 anos de inauguração da sede da Justiça Federal no estado, que leva o nome de um paranaense ilustre, Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, primeiro juiz federal do Paraná.



Jornalista, parlamentar, professor catedrático de Direito, advogado, administrador público, autor de obras jurídicas e delegado brasileiro na ONU, Franco Sobrinho nasceu em 11 de janeiro de 1916 e foi nomeado para assumir a magistratura federal em 1967, função que exerceu até a sua aposentadoria.

COLUNA DO LEITOR

JUDICIÁRIO 1

Há uma liminar dada por um ministro do Supremo há mais de dois anos para o malfadado "auxílio-moradia". Liminar não é para ser dada em caso de prejuízos ou danos iminentes? E recebem esse "auxílio" muitos dos que possuem casa própria! E, por isonomia, até membros do Tribunal de Contas o recebem! Ainda tenho notícia de casos em que marido e mulher, ambos magistrados, recebem o "auxílio". Qual a razão de isso não ser julgado, regulamentado e de o valor ser pago diretamente ao locador do imóvel?

Wilson Mugnaini

JUDICIÁRIO 2

Certa feita, há uns oito anos, jantava entre advogados em Brasília e falávamos de corrupção, quando fui perguntado se saberia dizer qual o Judiciário considerado o "menos independente" do país. Fiquei surpreso com a resposta, com a qual todos ali concordaram: era o nosso, o paranaense.

Orlando Felipe da Conceição

25 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

'Congresso precisa demonstrar de que lado está'

Durante audiência pública na AL, juiz Sérgio Moro cobrou deputados e senadores a aprovação do projeto que estabelece dez medidas de combate à corrupção

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O juiz federal Sérgio Moro defendeu, nessa segunda-feira (24), a aprovação, na Câmara e no Senado, do projeto de lei 4850/2016, que estabelece dez medidas de combate à corrupção no Brasil. "O Congresso precisa demonstrar de que lado se encontra nessa equação", afirmou. Responsável pelas investigações da Lava Jato em primeira instância, ele lembrou que a situação envolvendo desvio de dinheiro público não está "muito positiva" no País.

O magistrado e o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da operação, foram as principais atrações de uma audiência pública promovida na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, em Curitiba. O evento é organizado pela Comissão Especial da Câmara encarregada de analisar a matéria.

Segundo Moro, é forçoso reconhecer que a corrupção sistêmica alcançou uma dimensão extraordinária, motivo pelo qual seria necessário realizar reformas mais amplas, que de



"Vão melhorar nosso sistema criminal. E o mais importante é que serão uma sinalização importante por parte do Congresso", afirmou Sérgio Moro

fato previnam e combatam o problema. Para ele, as iniciativas principais, como a proibição de doações eleitorais de pessoas jurídicas, até agora têm vindo do Judiciário, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF). "Falta uma atuação mais incisiva das outras instituições", opinou.

O juiz contou que viu "com muitos bons olhos" a iniciativa do Ministério Público Federal (MPF), proponente das medidas, e também o fato de a Câmara ter tomado para si essa

tarefa de deliberar sobre o assunto. "São [propostas] relevantes, podem ser discutíveis em alguns aspectos, mas, se aprovadas, mesmo que não em sua integralidade, geram um ganho intrínseco. Vão melhorar nosso sistema criminal. E o mais importante é que serão uma sinalização importante por parte do Congresso. As pessoas precisam ter fé nas instituições democráticas."

CONTINUA

25 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Na avaliação de Deltan, porém, aprovar algumas, e não todas as medidas, não seria suficiente para inibir comportamentos ilícitos. “De nada adianta aumentar a pena se ela demorar vinte anos para ser aplicada”, ponderou. “Deram uma missão ao Ministério Público de construir um arranha-céu. Querem que nós cheguemos ao último andar, dos criminosos, corruptos e corruptores. Agora, na hora de construir o arranha-céu, o que nós recebemos foi uma pilha de tábuas, pregos e martelos. Não é possível. Precisamos de instrumentos para que a Justiça seja feita”.

Para o também procurador Roberson Pozzobon, a corrupção corrói a confiança das pessoas na população. “Precisamos reverter esse quadro de corrupção sistêmica, mas dentro das regras do jogo, aprovando medidas eficientes que possam, de forma pontual, promover as alterações necessárias”, destacou.

Essa foi a última de 28 audiências públicas realizadas no País com o objetivo de debater o PL. De acordo com o deputado federal Diego Garcia (PHS-PR), um dos autores do texto, a intenção é analisá-lo na Comissão Especial ainda na primeira semana de novembro, com a votação no plenário ocorrendo antes de dezembro.

“Estamos aguardando o parecer do relator [Onyx Lorenzoni, do DEM-RS] (...) Há um compromisso do presidente da Câmara [Rodrigo Maia, do DEM], em pautar essa matéria.”

Dentre os pontos principais a serem considerados, Garcia destacou a criminalização do caixa dois, a criminalização do enriquecimento ilícito e a redução do prazo recursal dos processos penais e civis. “Esse sentimento por parte da população, de impunidade com relação à corrupção, hoje é muito grande dentro da sociedade. [As pessoas querem] que seja dado um basta”, completou. Se aprovado, o projeto seguirá ao Senado.

25 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Medidas de combate à corrupção

A última audiência pública promovida pela Câmara dos Deputados para discutir o projeto de lei 4.850/2016, conhecido como "10 medidas contra a corrupção", foi realizada ontem em Curitiba com a presença do juiz federal Sérgio Moro e do procurador da República Deltan Dallagnol. No evento, organizado pela Comissão Especial da Câmara, que é encarregada de analisar a matéria, Moro cobrou uma posição do Congresso. O magistrado defendeu a aprovação das medidas na Câmara e no Senado e cobrou os políticos dizendo que o Congresso precisa demonstrar "de que lado se encontra nessa equação". O juiz, que é responsável pelos processos da Lava Jato em primeira instância, disse que viu com bons olhos a iniciativa do Ministério Público Federal (MPF) em apresentar as propostas e também o fato de a Câmara ter tomado para si essa tarefa de deliberar sobre o assunto. Moro e Deltan não concordam em um aspecto. Enquanto o magistrado acredita que mesmo a aprovação de parte das propostas será positiva, o procurador defende a aprovação de todas as medidas para realmente inibir comportamentos ilícitos. Segundo o coordenador da força-tarefa da Lava Jato, o MPF precisa de instrumentos eficientes para realmente conseguir prender e responsabilizar os corruptos. Esses instrumentos podem ser garantidos com a aprovação das 10 medidas. A Comissão Especial da Câmara vai começar a analisar o projeto de lei em novembro e a expectativa é que a votação em plenário aconteça em dezembro. As 10 medidas foram apresentadas pelo MPF ao Congresso

em 29 de março, acompanhadas de 2,5 milhões de assinaturas de apoio popular. O projeto tem 60 artigos prevendo, entre outros, a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos, aumento das penas e crime hediondo para a corrupção. É triste reconhecer que o Brasil é um dos países mais corruptos do mundo e que pouco se tem feito para que diminuir esse problema. Por isso, é importante que o debate das 10 medidas chegue logo ao Congresso. Hoje, após revelado o esquema de desvio de dinheiro da Petrobras, a corrupção é um tema sensível aos brasileiros. A farra com o dinheiro público precisa acabar e para que isso aconteça as reformas devem ser amplas.

25 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Juiz Sérgio Moro manda prender Eduardo Cunha

Considerado um dos artífices do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma Rousseff, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi preso pela Força-tarefa da Lava Jato em Brasília no último dia 19, 37 dias depois de ter o mandato cassado pela Câmara dos Deputados. A prisão foi ordenada pelo juiz federal Sérgio Moro que acatou pedido do Ministério Público Federal (MPF) na ação em que Cunha é réu sob acusação de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

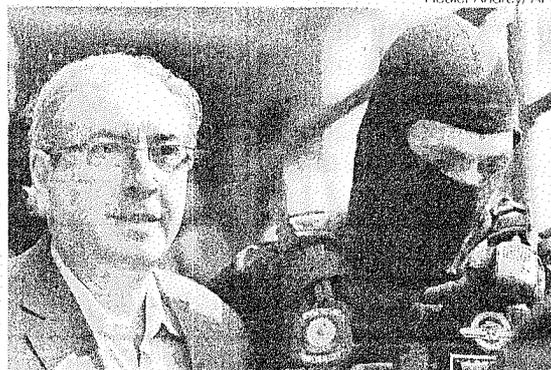
Moro assumiu o caso na semana passada depois que Cunha perdeu o foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF). Ao justificar a medida, o juiz Moro afirmou, entre outras coisas, que “a dimensão e o caráter serial dos crimes estendendo-se por vários anos, é característico do risco à ordem pública”. No pedido à Justiça, 13 procuradores argumentam que a detenção era necessária para impedir que o ex-deputado continuasse a operar.

Citaram a nomeação de um aliado dele no governo Michel Temer, Maurício Quintella (PR-AL), como ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil. “Quintella havia votado em favor de Eduardo Cunha no Conselho de Ética”, afirmam. Cláudia Cruz, mulher do ex-deputado e também ré na Lava Jato, estava em Brasília quando o marido foi preso, mas não foi alvo de medida cautelar por parte de Moro. Em seu despacho, o juiz destacou que havia risco de fuga por parte do ex-deputado federal, que tem dupla nacionalidade (brasileira e italiana), o que “poderia inviabilizar eventual extradição”.

Moro determinou ainda o bloqueio de documentos dos veículos localizados em poder do ex-deputado e de sua família. Segundo o pedido de prisão, “permanece oculto um patrimônio de aproximadamente US\$ 13 milhões”, o equivalente a R\$ 41,3 milhões. Esse montante estava em contas fora do Brasil que foram fechadas por Cunha, segundo os procuradores.

! Segundo o MPF, o ex-deputado recebeu R\$ 5 milhões de propina em contas na Suíça

! Benefício de ocupantes de cargos públicos ou políticos que garante um julgamento especial



Heuler Andrey/ AFP

FOLHA Política

FOLHA DE LONDRINA

**Defesa pede liberdade
de Cunha e contesta
competência de Moro**

25 OUT 2016

Wálter Nunes e
Estelita Hass Carazzai

Folhapress

Curitiba - A defesa do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) entrou nessa segunda (24) com um pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, pela soltura do peemedebista, preso desde o último dia 19 por ordem do juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância. Os advogados contestam a competência de Moro no caso. Dizem que um juiz de primeiro grau não teria poderes para decretar uma prisão que já foi negada anteriormente pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "O juízo de primeiro grau, ao decretar a constrição cautelar do réu, sem apresentar qualquer fato novo, busca se sobrepor ao entendimento firmado pela mais alta Corte do país, que entendeu pela inexistência de qualquer motivo para a decretação da prisão do ora paciente", afirmam os advogados Marlus Arns, Fernanda Tórtima e outros no documento. Eles também dizem não haver elementos que comprovem que a liberdade de Cunha represente risco à ordem pública ou à instrução penal, argumentos usados por Moro para sustentar o mandado de prisão. Cunha está sozinho numa cela da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, na mesma ala em que está ex-ministro Antonio Palocci. São três cubículos naquele corredor. Uma cela ocupado por traficantes separa a cela de Cunha da de Palocci.

25 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Foro privilegiado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Teori Zavascki, afirmou que o foro por prerrogativa de função - conhecido como foro privilegiado - deveria ser reduzido a menos cargos, mas que não significa impunidade. "A prerrogativa de foro como está hoje inclui muitas pessoas. Poderia reduzir, mas isso cabe ao legislador", afirmou durante palestra ontem em São Paulo. O foro privilegiado garante que ministros de Estado, deputados federais e senadores, por exemplo, sejam julgados diretamente pelo Supremo. "A vantagem ou desvantagem de ser julgado diretamente pelo STF é relativo", disse o ministro, lembrando que, no julgamento do mensalão, "ninguém mais queria ser julgado pelo Supremo, todo mundo queria ir para a primeira instância".

INFORME

'PF usa método fascista'

Em seu primeiro pronunciamento público após a Operação Méfis, realizada no Senado na semana passada, o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), fez duras críticas ao ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, e disse que a Polícia Federal utiliza "métodos fascistas" por ordem de um "juizeco de primeira instância". Bastante irritado, ele atacou também o que considerou "excessos" da Lava Jato. "É inacreditável que uma pinimba de agentes defina uma crise institucional", afirmou Renan, em alusão à delação de um policial legislativo que deu origem a ação que culminou com a prisão de quatro agentes do Senado.

'Chefete de polícia'

Acompanhado dos senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), além do deputado Paulinho da Força (SD-SP), Renan disse, nessa segunda-feira (24), que o Senado ingressará com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para "fixar as competências dos poderes". No texto, o presidente do Senado citará o episódio envolvendo a busca e apreensão realizada no apartamento da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a condução coercitiva do ex-presidente Lula e os áudios vazados de conversa entre Lula e a ex-presidente Dilma Rousseff. Renan criticou o "espetáculo inusitado com participação do ministro do governo federal que não tem se portado como ministro de Estado, mas como chefe de polícia". Para Renan, a Operação Méfis, da última sexta-feira (21), teve objetivo de "constranger e intimidar". "Tenho ódio e nojo de comportamentos fascistas. Como presidente do Senado, cabe a mim repelir", afirmou.

25 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

STJ manda padre pagar indenização por impedir aborto

André Richter

Agência Brasil

Brasília - O Superior Tribunal de Justiça (STJ) condenou o padre Luiz Carlos Lodi da Cruz, presidente da Associação Pró-Vida de Anápolis (GO), a pagar R\$ 60 mil de indenização pela acusação de impedir uma mulher de realizar procedimento de interrupção da gravidez autorizado pela Justiça. Cabe recurso contra a decisão.

O caso ocorreu em 2005, quando o padre, ao tomar conhecimento da autorização, recorreu à Justiça para impedir a gestante de continuar o procedimento de interrupção de gravidez. De acordo com informações do STJ, o feto foi diagnosticado com síndrome de Body Stalk, doença que gera malformações.

Após o recurso, a Justiça de Goiás concedeu uma liminar para impedir a interrupção. Segundo informações do processo, a gestante interrompeu a internação hospitalar e deixou de tomar os medicamentos receitados pelo médico para induzir a interrupção, "agonizando até a hora do parto".

25 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

Cármem Lúcia, a coerência irrestrita de uma mulher de fé

A ministra Carmen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), não está surpreendendo ninguém bem informado. Ela continua a ser o que sempre foi, desde os tempos de estudante em BH, quando enfrentou, por exemplo, tentativas de cerceamento político-policial, a ela e a seus colegas universitários, do direito à livre manifestação.

Na recente entrevista ao "Roda Viva", de TV Cultura, ela não precisou jorrar conhecimentos jurídicos - que os tem de sobra - nem empunhar as chamadas bandeiras 'libertárias'. Passou sem dificuldades, e com grande capacidade de



Ministra Carmen Lúcia



Edson Grádia

atração aos interlocutores, às indagações de algumas feras do jornalismo do país.

Afinal, sendo, como é, um ser translúcido, só poderia ter sido assim mesmo.

Ainda na semana, quinta-feira, que passou, Carmen Lúcia tocou numa das chagas mais empedernidas da vida nacional: os presídios, depósitos de seres humanos, estopins de rebeliões e viveiros-escolas de criminalidade. Foi quando foi conhecer parte de um dos mais temíveis endereços do temível sistema prisional brasileiro, o do RN. Com direito a passagem pelo exemplar Presídio Federal de Mossoró.

MULHER DE FÉ

Meu amigo Edson Grádia, braço direito e fidelíssimo escudeiro de Alvaro Dias, pouco antes de a ministra assumir o STF, encontrou Carmen Lúcia no aeroporto da Cidade

do Panamá. Deu-se a com conhecer, e trocaram diálogo ameníssimo. Encontraram pontos de apoio comuns: os dois se deram a conhecer como praticantes da doutrina católica.

"Como a ministra, sou congregado Mariano, consagrado a Maria", explicou Grádia, para sugerir a qualidade do diálogo.

- A ministra estava confiante diante do novo desafio que assumiria.

Apenas se confessou "um tanto cansada": "Mas sob as bênçãos da Virgem", disse ela.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Carmen Lúcia não gera mesmo surpresas.

Vem se comportando na Presidência do STF da mesma maneira com que tem agido na Casa desde que lá chegou: clara, meridiana, segura na defesa das linhas mestras de seu conhecimento e suas crenças. Tudo pautado pelo Direito e na fidelidade à Constituição.

Quem não se lembra, por exemplo, da frase lapidar com que Carmen Lúcia marcou um voto seu sobre a questão da censura às biografias, quando pôs por terra teses arbitrárias, como a defendida pelo cantor Roberto Carlos. A ministra cravou:

- Cala boca já morreu...

O brado virou mote nacional quando se protestou contra censura ao direito de opinar.

25 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Defesa de Cunha alega que prisão afronta STF e pede liberdade

A decisão do Supremo Tribunal Federal que negou pedido de prisão feito pela Procuradoria-Geral da República contra o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi afrontada com a determinação do juiz Sergio Moro de prender o ex-presidente da Câmara dos Deputados, já que nenhum fato novo ocorreu. Este é o argumento da defesa de Cunha, que entrou nesta segunda-feira (24/10) com pedido de liberdade no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre.

Eduardo Cunha foi preso preventivamente no dia 19, em Brasília, pela Polícia Federal, e levado para a Superintendência da PF, em Curitiba. Na ação que pede a liberdade do ex-presidente da Câmara dos Deputados, os advogados rebatem os argumentos usados pelo Mi-

nistério Público Federal para pedir a prisão.

“Na verdade, os fundamentos utilizados para decretar a prisão preventiva do paciente, com a devida vênia, são exatamente os mesmos que, anteriormente, foram considerados insuficientes pelo STF para o deferimento de idêntico pedido de prisão preventiva. Não há, ademais, notícias de que, enquanto permaneceu solto, houvesse o paciente se furtado ao processo penal, reincidido em condutas criminosas outras ou tentado empreender fuga”, diz a ação.

Outra alegação da defesa é que ao decretar a prisão, o juiz Moro não aponta “nenhuma conduta do paciente [Cunha] que tenha atrapalhado as investigações desenvolvidas no processo que tramita perante a 13ª Vara Federal de Curitiba”.

Defesa pede liberdade de Cunha a tribunal no RS

A defesa do deputado cassado Eduardo Cunha entrou com um pedido de liberdade no Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4), em Porto Alegre. O pedido foi entregue ontem e a defesa pede que seja concedida uma medida liminar para suspender os efeitos da prisão preventiva de Cunha.

Eduardo Cunha foi preso preventivamente no dia 19, em Brasília, pela Polícia Federal (PF), e levado para a Superintendência da PF, em Curitiba. Na ação que pede a liberdade do ex-presidente da Câmara dos Deputados, os advogados rebatem os argumentos usados pelo Ministério Público Federal para pedir a prisão.

A defesa sustenta que Cunha estava respondendo a um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) e que um pedido anterior para prisão, feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), foi negado pelo ministro Teori Zavascki.

25 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lewandowski quer juntar ações sobre PIS para bancos e seguradoras

A decisão sobre a incidência de PIS e Cofins na atividade das seguradoras afeta diretamente a cobrança dos mesmos impostos sobre receitas financeiras de bancos. Por isso, os dois casos devem ser julgados em conjunto. Com esse entendimento, o ministro Ricardo Lewandowski pediu vista no julgamento de quinta-feira (19/10) sobre o caso que envolve as companhias de seguro – ele é o relator do Recurso Especial com repercussão geral reconhecida, que trata da incidência do PIS/Cofins pra bancos.

O Plenário do STF está julgando embargos de declaração contra acórdão que confirmou decisão do relator, ministro Cezar Peluso (aposentado), que deu provimento parcial ao recurso extraordinário somente para excluir da base de incidência do PIS/Cofins a receita

estranha ao faturamento da seguradora AXA Seguros Brasil. A empresa sustenta, nos embargos, que há contradição entre o conceito de faturamento fixado pela lei e aquele adotado pelo tribunal.

Entre os argumentos trazidos no recurso especial, há a alegação de que a remuneração paga pela celebração de contratos de seguros, designada “prêmio”, não é venda de mercadoria ou serviço, portanto não se enquadraria como receita ou faturamento, conceitos previstos no artigo 195 da Constituição Federal como base de incidência do PIS/Cofins.

Na sessão em que os embargos de declaração começaram a ser julgados, em agosto de 2009, o relator votou pelo seu recebimento para prestar esclarecimentos, sem alterar o teor do acórdão questionado, ou seja, entendendo aplicável a tributação.

TRF-4 concede benefício para “garantir futuro” de jovem deficiente

A preocupação com a garantia de futuro de uma jovem deficiente visual levou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região a conceder-lhe o benefício assistencial de prestação continuada no valor de um salário mínimo. A decisão, que acolheu tese inédita na 5ª Turma – já que ela não teria esse direito pelas regras da Lei 8.742/93 – foi tomada em sessão de julgamento no início de outubro.

A mãe da menina precisou recorrer à Justiça após ter o requerimento administrativo negado pela agência da Previdência Social de Laranjeiras do Sul (PR), cidade onde reside. O pedido foi indeferido em maio de 2007, quando a filha tinha 10 anos, sob o argumento de que o caso não se enquadrava nas hipóteses do artigo 20, parágrafo 2º, da Lei 8.742/93, que conceitua pessoa com deficiência.

Conforme a perícia da autarquia, a perda auditiva está estabilizada com uso de prótese e não há limitação ou comprometimento da capacidade de trabalho nem para os atos da vida civil e cotidiana. Por isso, a 2ª Vara Federal de Guarapuava (PR) julgou a ação

improcedente.

A mãe da menina, sua representante legal, recorreu ao tribunal para derrubar a sentença. Por unanimidade, a 5ª Turma reformou a decisão de primeiro grau. O acórdão baseou-se no posicionamento do desembargador federal Roger Raupp Rios.

◆ NOVO ENTENDIMENTO

A posição adotada por unanimidade pela 5ª Turma do TRF-4 se baseia na interpretação da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/2015), que preveem um tratamento diferenciado para crianças e adultos portadores de deficiência.

A tese defendida pelo desembargador Roger Raupp Rios e acolhida pela turma salienta a preocupação não só com a vulnerabilidade imediata, mas agrega também a preocupação com desenvolvimento futuro das capacidades de crianças e adolescentes, na chamada “proteção pros-

25 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Guerra entre poderes

A prisão de policiais do Senado por policiais federais deixou claro que existe uma guerra não declarada entre o Poder Judiciário e o Poder Legislativo. O presidente do Senado, Renan Calheiros, não escondeu sua revolta ontem, com a operação ordenada pelo juiz Sérgio Moro dentro do Legislativo. Calheiros chegou a chamar Moro de "juizeco de primeira instância".

Na verdade sempre houve uma paz vigiada entre os dois poderes. Parlamentares não atentavam contra magistrados, por medo de retaliações. Ao mesmo tempo, o Judiciário tratava bem os parlamentares para que suas vantagens e aumentos salariais fossem aprovados sem discussões.

A corda parece que arrebentou e se a crise institucional no país já era grave, a ponto da presidente ser impedida, corre-se o risco de se aprofundar os conflitos e o Brasil voltar a um impasse. O momento pede um entendimento, sem que isso signifique impunidade. Cada um agindo dentro da lei. ■

25 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro defende as 10 Medidas Contra à Corrupção

Ele cobrou do Congresso aprovação de leis
em relação a esse crime



■ Moro cobrou do Congresso medidas efetivas de combate à corrupção

✦ O juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da operação Lava Jato, em Curitiba, defendeu as 10 Medidas Contra à Corrupção e cobrou do Congresso Nacional uma posição sobre de que lado estão os parlamentares no que diz respeito ao combate à corrupção.

“Em outras palavras e sem querer ser maniqueísta, ou coisa que o valha, é o Congresso demonstrar de que lado ele se encontra nessa equação”, cravou o juiz sobre a necessidade de aprovação das 10 Medidas, durante encontro regional realizado na Assembleia Legislativa do Paraná, ontem (24).

Além dele, participam do encontro os procuradores Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato,

e Roberson Pozzobon, da força-tarefa de Curitiba. Alçado a símbolo do combate à corrupção no País, Moro parabenizou a iniciativa o Ministério Público Federal e pontuou a necessidade do Congresso atuar no sentido de aprovar leis que melhorem o quadro de combate a esse tipo de crime. Moro citou o caso da proibição de doações empresariais nas eleições e aprovação da prisão após 2ª instância. As duas decisões partiram do Supremo Tribunal Federal. ■

25 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Defesa pede liberdade de Cunha ao TRF

A defesa do deputado casado Eduardo Cunha entrou com um pedido de liberdade no Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4), em Porto Alegre. O pedido foi entregue ontem (24) e a defesa pede que seja concedida uma medida liminar para suspender os efeitos da prisão preventiva de Cunha.

Eduardo Cunha foi preso preventivamente no dia 19, em Brasília, pela Polícia Federal (PF), e levado para a Superintendência da PF, em Curitiba. Na ação que pede a liberdade do ex-presidente da Câmara dos Deputados, os advogados rebatem os argumentos usados pelo Ministério Público Federal para pedir a prisão. ●

Médica acusada de matar pacientes pode ir a júri popular

O Ministério Público Estadual do Paraná pediu que vá a júri popular a ex-chefe da Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Evangélico de Curitiba, Virgínia Helena Soares de Souza, e mais cinco dos oito acusados de provocar a morte de sete pacientes, entre 2011 e 2013.

Eles são acusados de homicídio doloso duplamente qualificado e formação de quadrilha. Além de Virgínia, foram denunciados os médicos Edison Anselmo da Silva Júnior,

Maria Israela Cortez Boccato e Anderson de Freitas e as enfermeiras Laís da Rosa Groff e Patrícia Cristina de Goveia Ribeiro.

Os episódios suspeitos vieram à tona em 2013, após investigação da Polícia Civil. A médica Virgínia de Souza chegou a ser presa no dia 19 de fevereiro de 2013, ficou quase um mês detida e foi solta um mês depois. Ela pode trabalhar, mas cumpre uma medida cautelar que a impede de atuar em UTIs. ●

TRIBUNA DO PARANÁ

PEDIDO DE HABEAS CORPUS

25 OUT 2016

Cinco dias depois de ser preso na Operação Lava Jato, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por meio de seus advogados, entrou com pedido de liminar em habeas corpus ontem, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Seis advogados de Cunha alegam que “não há nenhum risco efetivo ou iminente” de que o peemedebista atrapalhe a Operação Lava Jato. O advogado Marlus Arns, que defende o peemedebista, afirmou não descartar a possibilidade de uso da delação premiada no processo do ex-deputado. Arns, que é especializado em delação premiada, disse que a colaboração é um instrumento grave, não um salvo conduto, e que deve sempre ser analisada em qualquer processo.

Apesar da declaração, ele evitou falar sobre o uso desse instrumento no caso específico de Cunha, sob alegação de que não tinha ainda discutido o assunto com seu cliente.

Eduardo Cunha foi preso na última quarta-feira por ordem do juiz federal Sérgio Moro. O magistrado acolheu os argumentos da força-tarefa da Procuradoria da República de que Eduardo Cunha em liberdade representa um “risco para a instrução do processo e para a ordem pública”. O peemedebista está preso na custódia da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, base da Lava Jato. No pedido de habeas, os defensores de Eduardo Cunha alegam “desrespeito” à decisão do Supremo Tribunal Federal por “inexistência de fato novo”.

APOSENTADOS PEDÊM ADIAMENTO

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) pediu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o adiamento do julgamento sobre a desaposentação, a possibilidade de o aposentado pedir a revisão do benefício por ter voltado a trabalhar e a contribuir para a Previdência Social. A retomada do julgamento está pautada para amanhã. De acordo com a entidade, o julgamento deve ser adiado em função das discussões sobre a Reforma da Previdência. Além disso, segundo a Cobap, o voto proferido pelo ministro Luís Roberto Barroso “exige um debate sobre a forma de cálculo do novo benefício”. A decisão do Supremo é aguardada por cerca de 180 mil pessoas em todo o país. Até o momento, o plenário do Supremo está dividido em relação à validade do benefício, que não é reconhecido na legislação da Previdência Social, mas segurados têm ganhado ações na Justiça para obter a revisão da aposentadoria. Em um dos recursos, os ministros analisam o caso de um aposentado que pediu ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a interrupção do pagamento da atual aposentadoria por tempo de serviço e a concessão de um novo benefício por tempo de contribuição, com base nos pagamentos que voltou a fazer quando retornou ao trabalho.

25 OUT 2016

BEMPARANÁ **Cobrança**

O juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da operação Lava Jato, em Curitiba, defendeu as 10 Medidas Contra à Corrupção e cobrou do Congresso uma posição sobre de que lado estão os parlamentares no que diz respeito ao combate à corrupção. “Em outras palavras e sem querer ser maniqueísta, ou coisa que o valha, é o Congresso demonstrar de que lado ele se encontra nessa equação”, cravou o juiz sobre a necessidade de aprovação das 10 Medidas, durante encontro regional realizado na Assembleia Legislativa. Além dele, participam do encontro os procuradores Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato, e Roberson Pozzobon, da força-tarefa de Curitiba.

Reação

Moro pontuou a necessidade do Congresso atuar no sentido de aprovar leis que melhorem o quadro de combate a esse tipo de crime. Segundo ele, atualmente, essas medidas tem saído mais do próprio Judiciário do que do poder Legislativo. Moro citou o caso da proibição de doações empresariais nas eleições e aprovação da prisão após 2ª instância. As duas decisões partiram do Supremo Tribunal Federal. “O que ainda os falta é uma reação mais incisiva por parte demais instituições e o campo próprio para essas discussões e reformas é o Congresso Nacional”, afirmou o juiz.

G1 – Brasília – 25/10/2016

**PRESIDENTE DO STF REAGE
FURIOSAMENTE ÀS DECLARAÇÕES
DE RENAN CALHEIROS**

**'Onde um juiz for
destratado, eu
também sou', diz
Cármem Lúcia**

Renan Calheiros chamou de 'juizeco' juiz
que autorizou operação no Senado.
Presidente do STF exigiu dos demais
poderes 'respeito' ao Judiciário.

Renan Ramalho Do G1, em Brasília

CONTINUA



Ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (Foto: Marcelino Neto)

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, exigiu nesta terça-feira (25) "respeito" ao Judiciário por parte do Legislativo e Executivo. Ao abrir a sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - órgão de controle dos tribunais que ela também preside -, a ministra disse que os poderes devem buscar a "harmonia" em benefício do cidadão.

As declarações da ministra ocorrem um dia após o presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ter chamado de "juizeco" o juiz federal Vallisney Souza Oliveira que, autorizou a prisão de quatro policiais legislativos na semana passada, na Operação Métilis. Cármen Lúcia não citou nomes em sua fala no CNJ.

"Todas as vezes que um juiz é agredido, eu e cada um de nós juizes é agredido. E não há a menor necessidade de, numa convivência democrática, livre e harmônica, haver qualquer tipo de questionamento que não seja nos estreitos limites da constitucionalidade e da legalidade", afirmou a presidente do Supremo.

Como presidente do STF, Cármen Lúcia é a maior autoridade do Judiciário no país. Na fala no CNJ, ela ressaltou que o Judiciário trata com respeito os demais poderes e que qualquer questionamento às decisões deve ser feita por meio de recursos aos próprios tribunais.

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2016

"O que não é admissível aqui, fora dos autos, é que qualquer juiz seja diminuído ou desmoralizado. Porque, como eu disse, onde um juiz for destrutado, eu também sou.

Qualquer um de nós, juízes, é", completou a ministra logo em seguida.

Cármem Lúcia também exigiu respeito com os juízes. Ela disse que os magistrados, nas diversas instâncias, podem cometer atos "questionáveis", mas que todos os órgãos do Judiciário buscam cumprir sua função "da melhor maneira".

"Espero que isso seja de compreensão geral, de respeito integral. O mesmo respeito que nós, Poder Judiciário, dedicamos a todos os órgãos da República. Afinal, somos, sim, independentes, e estamos buscando a harmonia em benefício do cidadão brasileiro. Espero que isso não seja esquecido por ninguém, porque nós juízes não temos nos esquecido disso", concluiu Cármem Lúcia. Leia abaixo a fala completa da ministra na abertura da sessão do CNJ:

Declaro aberta esta sessão do Conselho Nacional de Justiça, órgão do Poder

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2016

Judiciário brasileiro, constitucionalmente instituído para o fim específico de não apenas nos zelarmos e zelar pelas melhores práticas do Poder Judiciário, como para garantir a força, a independência, a autonomia do Poder Judiciário. Respeito que nós devemos e guardamos com os poderes e evidentemente exigimos igualmente de todos os poderes em relação a nós.

O juiz brasileiro é um juiz que tem trabalhado pela República, como trabalhou pelo império. Somos humanos, temos erros. Por isso existe esse Conselho Nacional de Justiça, para fortalecer um poder Judiciário coerente com os princípios constitucionais, com as demandas e aspirações do povo brasileiro.

Mas por isso mesmo nós nos portamos com dignidade em relação à Constituição, uma vez que nós juramos à Constituição, todos nós juizes brasileiros. E nessa Constituição, em seu artigo 2º, se tem que são poderes da República independentes e harmônicos, o Legislativo, O Executivo e o Judiciário.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2016

Numa democracia, o juiz é essencial como são essenciais os membros de todos os outros poderes, repito que nós respeitamos. Mas queremos também, queremos não, exigimos o mesmo e igual respeito para que a gente tenha democracia fundada nos princípios constitucionais, nos valores que nortearam não apenas a formulação, mas a prática dessa Constituição.

Todas as vezes que um juiz é agredido, eu e cada um de nós juizes é agredido. E não há a menor necessidade de numa convivência democrática livre e harmônica, haver qualquer tipo de questionamento que não seja nos estreitos limites da constitucionalidade e da legalidade.

O Poder Judiciário forte é uma garantia para o cidadão. Todos os erros, jurisdicionais ou administrativos que eventualmente venham a ser praticados por nós juizes, humanos que somos, portanto sujeitos a erros, no caso jurisdicional, o Brasil é prodigo que qualquer pessoa possa questionar e questione pelos meios recursais próprios os atos. O que não é admissível

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

25 OUT 2016

aqui, fora dos autos, qualquer juiz seja diminuído ou desmoralizado. Porque como eu disse, onde um juiz for destrutado, eu também sou. Qualquer um de nós juizes é. Esse Conselho Nacional de Justiça, como todos os órgãos do Poder Judiciário, está cumprindo a sua função da melhor maneira e sabendo que nossos atos são questionáveis. Os meus, no Supremo, o juiz do Tribunal Regional do trabalho, um juiz de primeira instância. Somos todos igualmente juizes brasileiros querendo cumprir nossas funções.

Espero que isso seja de compreensão geral, de respeito integral. O mesmo respeito que nós Poder Judiciário dedicamos a todos os órgãos da República, afinal somos sim independentes e estamos buscando a harmonia em benefício do cidadão brasileiro. Espero que isso não seja esquecido por ninguém, porque nós juizes não temos nos esquecido disso.

24 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Juiz paranaense concorre a prêmio por sistema que avisa sobre o fim da pena

Magistrado foi indicado para o prêmio Innovare por estabelecer um método para aproveitar melhor dados do programa que calcula da progressão de pena

Nos presídios brasileiros há diversas histórias de detentos que já cumpriram suas penas ou poderiam ter progressão de regime mas seguem presos por meses e até anos em regime fechado por questões meramente burocráticas. Diante dessa realidade, um magistrado paranaense criou um método para aprimorar o aproveitamento das informações processadas pelo programa que calcula e notifica automaticamente sobre os prazos de execução e progressão de pena. A ideia rendeu ao juiz titular da 1ª Vara de Execuções Penais de Curitiba, Eduardo Fagundes Lino, a indicação para finalista no prêmio Innovare na categoria juiz.

Ao participar de mais de 70 mutirões carcerários, Lino observou que o estoque de processos de execução penal até chegava a ser zerado, mas um ano depois já havia acúmulo de casos a julgar. Foi então que ele pensou numa forma de extrair o máximo possível do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), que faz o cálculo de quando a pessoa terá direito à progressão ou vai concluir o cumprimento da pena.

Burocracia

Para ter direito à progressão de pena, são analisados dois critérios: tempo e comportamento. No sistema tradicional, a cada mudança de regime ou cumprimento da pena, o juiz da vara de execuções penais precisa autorizar a liberação do detento. O trâmite burocrático leva no mínimo 30 dias.

CONTINUA

24 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO

O sistema eletrônico informa os que já têm direito adquirido ou terão nos próximos 30 dias. A ideia, segundo Lino, é mudar a lógica do papel. Cinco dias antes que a pessoa tenha o direito relativo à sua pena, são juntados os documentos necessários. Se não houver manifestação sobre o caso, como por exemplo do Ministério Público, o juiz defere a progressão ou a soltura. Assim, é possível que o detento tenha seu direito cumprido na data em que o adquire.

Vantagem

Outra vantagem do sistema é a diminuição da população carcerária, evitando que pessoas que não têm mais pena a cumprir permaneçam nos presídios. E o juiz responsável pelo projeto premiado relembra que “ninguém pode ser submetido à detenção e ou encarceramento arbitrário” e que aqueles que ficarem presos mais do que o necessário, podem até ajuizar ação pedindo ressarcimentos ao Estado.

Para o magistrado, o que acontece no Brasil é uma “selvageria”. Ela cita como exemplo a história que ouviu na França. Ao descobrir que uma pessoa estava presa já tendo cumprido a pena, ela foi tirada do trabalho que estava fazendo no presídio e colocada em liberdade imediatamente. A União Europeia multa os países em que houver pessoas presas sem necessidade.

24 OUT 2016

Blog Ruy Barrozo - Paraná Portal

24/10/2016

Continua repercutindo, e muito, em toda a imprensa nacional, a palestra proferida pelo Juiz Federal Sérgio Moro, realizada no Tribunal de Justiça na última quinta-feira.



CONTINUA

24 OUT 2016

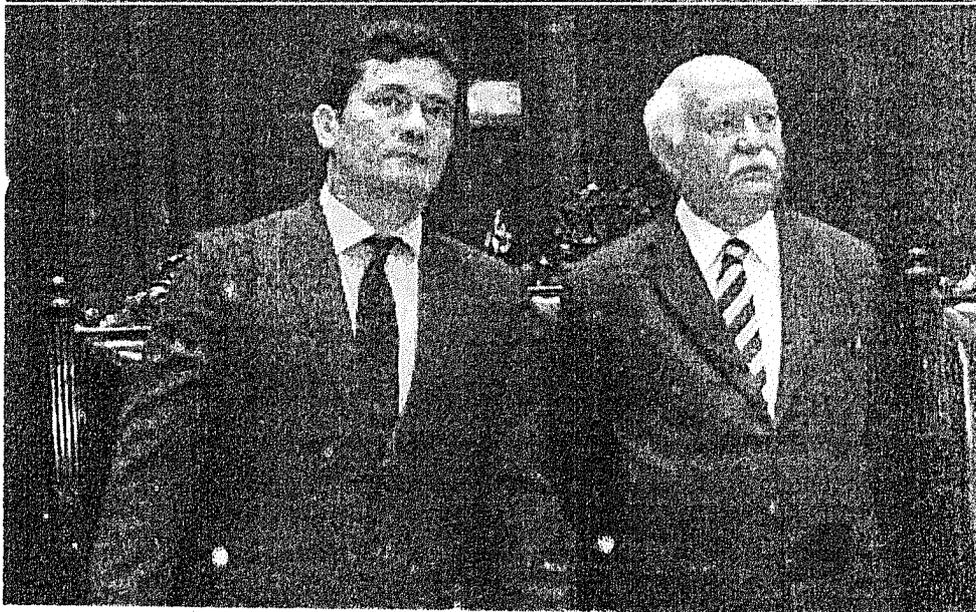
CONTINUAÇÃO



CONTINUA

24 OUT 2016

CONTINUAÇÃO



GAZETA DO POVO

Gazeta do Povo – 24/10/2016

Prova para juiz estadual do Paraná vai acontecer até abril de 2017

**Editais devem ser publicados até o fim
do ano. Banca organizadora ainda
está indefinida**

Antônio More / Gazeta do Povo

O edital de abertura para o próximo concurso público de juiz substituto do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) deve ser publicado ainda neste ano. Já a primeira etapa da prova – de múltipla escolha – deve acontecer em abril do ano que vem. Segundo texto publicado no site do TJ, a Comissão do Concurso Público para provimento de cargos de Juiz Substituto - 2016 se reuniu no dia 19 de outubro com o presidente do

CONTINUA

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

órgão, Paulo Roberto Vasconcelos, para as primeiras deliberações em relação ao certame.

24 OUT 2016

De acordo com o texto, a comissão informou, ainda, que “o Departamento do Patrimônio já está tomando as providências necessárias para a contratação da instituição, que auxiliará na organização e logística do concurso”.

Preparação

O diretor do Curso Luiz Carlos, que oferece cursos para as carreiras do Ministério Público e da Magistratura desde 1983, Henrique Arns de Oliveira, comemorou a notícia, já que esse concurso está sendo aguardado há algum tempo e agora dá bons indícios de que vai ser executado. Como essa prova exige um grande conhecimento do candidato – muitas vezes a nota de corte da primeira fase chega a 80%, 90% – é importante para o aluno que quer entrar na carreira perceber que

CONTINUA

24 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO

ele há tempo para fazer a preparação. “Essa é uma prova bem elaborada, que exige bastante dos candidatos, mas, como estamos em outubro, os que já estão estudando têm a oportunidade de trabalhar nesses cinco ou seis de forma focada e empenhada, principalmente direcionar os estudos para a magistratura”, ressalta.

924

cargos de magistrados existem hoje no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Desses, 24 estão vagos, de acordo com o relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, publicado neste mês.

Oliveira dá três principais dicas aos candidatos que estão se preparando para concursos desse nível: “Focar no edital; estudar a banca; e trabalhar com provas anteriores para fazer o treino das questões. Nós percebemos que muitos alunos estudam, contudo têm dificuldades em resolver alternativas daquela questão, não por falta de

CONTINUA

conhecimento, mas por falta de prática de fazer provas anteriores”.

24 OUT 2016

Para aqueles que não estudam há um certo tempo, mas que possuem um bom nível de conhecimentos anterior, Oliveira diz que não se deve desanimar, porque esta é uma oportunidade para dar o pontapé inicial. “Concursos para a magistratura exigem um preparo muito forte dos candidatos, com meses e até anos de antecedência, mas a boa notícia é que eles acontecem com bastante frequência, algumas vezes até anualmente”, ressalta.

Número de vagas

O diretor também chama a atenção para um padrão de concursos anteriores, tanto da magistratura quanto do MP, normalmente os candidatos aprovados, mesmo fora do número de vagas previsto no edital, acabam sendo nomeados porque durante a validade do concurso novas vagas surgem. Hoje há 24 cargos vagos, de acordo com o relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de